PROJETO DE LEI Nº , DE AGOSTO DE 2014
(DEP. RENATO SIMÕES – PT/SP)

Fica instituída a lei "Iara Iavelberg", alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "A Ditadura Militar no Brasil e a Violação dos Direitos Humanos" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do art. 26-B, com a seguinte redação:

"Art. 26 – B – Fica obrigatória a inclusão do ensino sobre o tema "História da Ditadura Militar no Brasil e Violação de Direitos Humanos" nos estabelecimentos públicos e privados de ensino médio, fundamental e dedicados à educação básica de jovens e adultos.

§ 1º - Devem compor o conteúdo programático das disciplinas destinadas ao ensino do tema referido no "caput" os seguintes tópicos:

- a) os movimentos de resistência
- b) a importância dos movimentos culturais e das artes na resistência;
- c) as graves violações de direitos humanos pelo regime de exceção, em particular a tortura, as prisões arbitrárias, os desaparecimentos forçados de pessoas, o encobrimento estatal das mortes praticadas por agentes públicos e o genocídio promovido contra povos indígenas;
- d) a censura aos meios de comunicação e o papel da imprensa alternativa na resistência democrática;
- e) o aparelhamento e intimidação usados para neutralizar o Poder Judiciário;
- f) as medidas sócio-econômicas implementadas;
- g) a corrupção;
- h) o favorecimento e o apoio dos setores empresariais e do capital interno e externo
- i) as ditaduras latino-americanas e sua articulação com a ditadura brasileira para operações comuns de captura e repressão.
- j) o legado autoritário da ditadura e seus resquícios na sociedade e no Estado brasileiro.

§ 2º - Os estabelecimentos de ensino mencionados no "caput" deste artigo deverão manter em seus arquivos ou bibliotecas, à disposição de qualquer aluno ou docente que tiver interesse,

uma cópia do relatório final entregue à sociedade brasileira pela Comissão Nacional da Verdade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Neste aniversário de 50 anos do golpe militar não têm sido poucas as matérias jornalísticas que apontam o desconhecimento da população brasileira sobre o período de vinte e um anos que o sucedeu. De fato, a consciência dos horrores da ditadura militar parece restrita aqueles que foram diretamente vitimados por ela, seus filhos e descendentes. O período, porém, vitimou todo o país, não apenas pela marca de violência e repressão impostas à sociedade brasileira, mas também pelo peso de um atraso de décadas na implementação de reformas indiscutivelmente necessárias e que foram interrompidas.

Em entrevista à Gabriela Moncau, jornalista da Revista ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo¹), em outubro de 2013, Samuel Iavelberg afirmou:

"Em março, depois da audiência da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, veio um casal da psicologia

¹<http://www.adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf>

falar comigo para ver como divulgar na Faculdade a história de Iara, porque as pessoas não sabem."

(...)

É gozado, as coisas vão passando e a memória não fica, eu já fui lá falar sobre ela algumas vezes. Esse resgate precisa ser feito continuamente."

Samuel se referia à história de sua irmã, Iara Iavelberg, assassinada em 20 de agosto de 1971, há exatos 43 anos, pela ditadura militar. Iara foi morta em Salvador, numa operação da polícia denominada "Operação Pajuçara". Naquele momento ela estava hospedada na casa de militantes do MR-8 após se separar de seu companheiro Carlos Lamarca, ambos em busca de proteção contra a ditadura que os perseguia duramente. Lamarca seria assassinado menos de 30 dias depois, aos 17 de setembro daquele mesmo ano. O apartamento que a acolhia foi cercado e invadido, seus ocupantes foram retirados e torturados. Iara foi executada.

Iara Iavelberg estudou psicologia na Universidade de São Paulo durante a década de 60, no antigo prédio situado na Rua Maria Antônia, antiga FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Iara foi presidente da AUEPE (Associação Universitária dos Estudantes de Psicologia, hoje Centro Acadêmico Iara Iavelberg). Atuou na POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e na VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, onde conheceu Lamarca.

Quando a VPR foi extinta, passou a atuar no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

A vida de Iara foi marcante também para a Faculdade de Psicologia. Na AUEPE atuou para criar atendimento gratuito para a população de baixa renda e criou o SAP – Serviço de Atendimento ao Público. Em 1968 ingressou num curso de pós graduação e chegou a dar aulas no Instituto de Psicologia como professora assistente.

Em meados de 1971 Iara e Lamarca foram aconselhados a deixar o país, mas preferiram ficar e partiram para a Bahia. Ali foram cercados e mortos pelo regime. A família de Iara demorou décadas para obter uma autorização judicial visando a exumação de seu corpo para novo exame pericial que contestasse a versão improvável de suicídio sustentada pelo Regime Militar. De origem judaica, Iara foi sepultada na ala dos suicidas do cemitério israelita de São Paulo e seu corpo só pode repousar ao lado dos seus após a comprovação de que tinha sido assassinada. A história desta luta e da morte de Iara foi retratada no documentário "Em Busca de Iara", do cineasta Flávio Frederico, que atuou em parceria com a sobrinha da militante, Mariana Pamplona. O documentário revela ao público a verdade sobre a morte de Iara e os ricos detalhes de seus últimos momentos.

Fatos como este se abateram sobre as famílias de um sem número de brasileiros que combateram o Regime Militar. Iara terá sua história relembra da pela dedicação de sua família e pelo belo filme produzido por sua sobrinha. Mas esses fatos

serão definitivamente esquecidos se o Brasil não tomar a iniciativa de gravá-los na história das novas gerações. As palavras de Samuel Iavelberg revelam um segundo desaparecimento de Iara, aquele desaparecimento das mentes e corações.

Por esta razão é fundamental que as novas gerações tenham conhecimento de todos os aspectos da Ditadura Militar, inclusive dos métodos de repressão utilizados contra os opositores, como a tortura. Que conheçam o significado da expressão “golpe de estado”, que entendam as construções ideológicas que permeiam a sociedade e que, com isso, aprofundem suas noções de cidadania e democracia. Que saibam da participação de setores da sociedade civil na sustentação do regime: banqueiros, empresários e industriais que dele se beneficiaram. E o estudo do período da Ditadura Militar mostra-se profícuo na exploração desses temas tão caros a qualquer sociedade.

No mais, a inclusão curricular pretendida pelo projeto virá auxiliar na construção da memória e no restabelecimento da verdade acerca do período, contribuindo indiscutivelmente para a formação de uma consciência crítica sobre os fatos que o permearam.

É indiscutível que o Brasil ainda se ressentir das reformas de base que seriam iniciadas por João Goulart caso seu governo não tivesse sido interrompido pelo golpe. Ainda hoje o Congresso Nacional e amplos setores da sociedade debatem a urgência das reformas estruturais: agrária, urbana, tributária,

política e a democratização da mídia. A ditadura, também nesse sentido, ainda emana seus tentáculos sobre o país.

Segundo o historiador Jaime Pinsky, “O passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo fica sem sentido). Portanto, as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e o presente”.²

O ensino história sempre deve se valer desta relação entre o passado e o presente para possibilitar que os alunos se percebam como sujeitos da mesma, capazes de interferir no futuro. Imbuídos da consciência de que são sujeitos históricos e da certeza de pertencimento com a história, os estudantes terão capacidade de interagir criticamente com a realidade. E esta capacidade é fundamental quando se trata de proteger a democracia, rejeitando práticas totalitárias e desumanas. E todos devem ter acesso às histórias concretas vividas por personagens como Iara Iavelberg.

Garantir às gerações futuras todo o conhecimento sobre a recente história do Brasil oferecendo a elas a plenitude do protagonismo sobre o seu futuro é nosso papel e o principal objetivo desta propositura.

Sala das Sessões, 20 de Agosto de 2014

²“Práticas de Cidadania”, São Paulo, Contexto, 2004, pg. 23

Dep. Renato Simões

PT/SP